

Tese nº 01

Tipo: Tese-guia da FENAJ

Título: Retrocesso histórico exige reação imediata

Proponente: Diretoria da FENAJ

Justificativa

01 Estudiosos de diferentes áreas do conhecimento – da economia política à filosofia,
02 passando pelas ciências sociais – têm sido categóricos ao afirmar que a atual crise
03 orgânica do capitalismo veio para pôr fim a qualquer projeto de conciliação de
04 classes. Como as esquerdas em todo mundo apostaram nessa conciliação, chegam
05 nesse novo momento histórico enfraquecidas e o que se vê é uma guinada
06 conservadora no campo da política, com o conseqüente ataque a direitos sociais e
07 trabalhistas, até mesmo em países capitalistas centrais, como Estados Unidos,
08 Inglaterra e França.

09 Para o chamado rentismo não importa a garantia de mercados consumidores, porque
10 a reprodução do capital não depende da produção de mercadorias, mas das taxas de
11 juros mantidas essencialmente pelas dívidas impagáveis de países ricos e pobres. A
12 produção que conta é basicamente a de petróleo e armas. Dessa forma, trabalhadores
13 pauperizados deixaram de ser um problema.

14 Nos países periféricos da América Latina, somente a partir da década de 1980, a
15 classe trabalhadora começou a conquistar mais direitos e melhores remunerações. O
16 estado de bem-estar social, entretanto, nem chegou à maioria e começou a ser
17 atacado, já na década de 1990. A ascensão de governos populares freou os ataques
18 por quase duas décadas e houve até mesmo avanços em países como Argentina,
19 Bolívia, Equador, Venezuela e Brasil. Mas as forças conservadoras se rearticularam
20 e os ataques tornaram-se mais violentos.

21 O golpe de 2016 no Brasil é a expressão evidente de que as elites financeiras –
22 internacional e nacionais – não precisam mais da conciliação de classes para se
23 manter. Sem e necessidade da conciliação, esta elite pôde também prescindir da

24 democracia (que, no caso do Brasil, ainda estava se consolidando) e do Estado
25 Democrático de Direito.

26 Uma presidenta eleita democraticamente foi tirada do poder numa ação
27 aparentemente legal, conduzida por um Legislativo corrompido, com o aval de um
28 Judiciário cúmplice e a chancela fundamental dos grandes meios de comunicação do
29 país. Em seu lugar, assumiu o vice-presidente Temer, com a função histórica de
30 retomar a agenda neoliberal iniciada com Collor e FHC, promovendo o desmonte do
31 Estado brasileiro e a retirada de direitos da classe trabalhadora.

32 O presidente ilegítimo e o Congresso Nacional golpista iniciaram uma ofensiva
33 conservadora sem precedentes no país. Aprovou-se a PEC 241, que restringe os
34 gastos públicos, estabelecendo como prioridade do governo o pagamento de juros e
35 amortizações da dívida pública. Os investimentos em políticas sociais foram
36 congelados por 20 anos. Tudo em favor dos grandes conglomerados do capital
37 financeiro.

38 Os golpistas conseguiram também aprovar a reforma trabalhista que, na prática,
39 acaba com a regulamentação do trabalho no Brasil. As modificações feitas na CLT –
40 principalmente a prevalência do negociado sobre o legislado – deixam os
41 trabalhadores e as trabalhadoras vulneráveis na relação com os empregadores. A
42 reforma também dificulta o acesso dos trabalhadores e trabalhadoras à justiça do
43 trabalho e enfraquece as entidades sindicais.

44 O próximo passo, se não houver uma reação à altura, será a reforma da Previdência.
45 Mais uma vez, a proposta dos que tomaram de assalto o país prejudica os
46 trabalhadores e trabalhadoras, da iniciativa privada e do serviço público.

47 Como se não bastasse, os golpistas também estão vendendo o patrimônio público
48 numa velocidade estonteante. Começaram com o Pré-Sal, permitindo a exploração
49 por empresas estrangeiras e desvinculando as receitas geradas. Recentemente,
50 anunciaram a privatização da Eletrobrás, portos, aeroportos e até mesmo da Casa da
51 Moeda.

52 Comunicação

53 A essa ofensiva conservadora não houve reação suficientemente forte. Ainda que os
54 movimentos sociais – incluídos os movimentos sindical e estudantil – tenham se

55 mobilizado e protagonizado manifestações em todo país, os retrocessos nos campos
56 político-institucional, social e trabalhista ocorreram e novos ataques estão por vir.

57 Muitos estudiosos têm apontado as falhas – táticas e estratégicas – dos partidos de
58 esquerda (ou pelo menos progressistas) para explicar o avanço dos setores
59 conservadores. Entre essas falhas está a aposta nas eleições de 2018 em vez da
60 construção de uma reação imediata.

61 Independentemente dessas avaliações, é certo que o golpe que tirou a presidenta
62 eleita do poder, os ataques frontais aos direitos dos trabalhadores e o avanço do
63 conservadorismo na política, na economia e na vida social não seriam possíveis sem
64 a atuação dos meios de comunicação hegemônicos. Parte da mídia eletrônica
65 (televisão e rádio) e parte da mídia imprensa/digital foram determinantes para não só
66 apassivar a população, mas torná-la agente apoiadora dos retrocessos.

67 Isso mostra que não há verdadeira democracia sem a democracia nos meios de
68 comunicação. No Brasil, os meios de comunicação privados seguem oligopolizados
69 e partidarizados, não cumprindo os objetivos que lhes confere a Constituição
70 Federal.

71 No campo público, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), uma importante
72 iniciativa de contra-hegemonia do governo Lula, também foi atacada pelo governo
73 golpista, perdendo seu caráter público e sofrendo com o sucateamento precoce.

74 Os interesses de mercado têm prevalecido na radiodifusão, na mídia impressa e
75 também nas telecomunicações, tornando evidente que o país precisa de um novo
76 marco regulatório para o setor. Somente com regulação, os interesses gerais da
77 sociedade serão observados. Por isso, a luta pela democratização dos meios de
78 comunicação, centrada na defesa de um novo marco regulatório para o setor, também
79 deve ser pauta imediata da classe trabalhadora. Sem democracia nas comunicações
80 não há democracia real.

Propostas:

- 1) A FENAJ e os Sindicatos de Jornalistas devem participar ativamente dos movimentos em defesa da democracia e do Estado Democrático de Direito, pautando no interior desses movimentos a luta pela democratização da comunicação.
- 2) A FENAJ e os Sindicatos de Jornalistas devem participar ativamente da luta pela revogação da lei da reforma trabalhista, engajando-se na campanha pela coleta de assinaturas no projeto de lei de iniciativa popular, proposto pela CUT.
- 3) A FENAJ e os Sindicatos de Jornalistas devem participar ativamente das ações contra a reforma da Previdência.
- 4) A FENAJ deve continuar a denunciar, junto às instituições internacionais, o golpe político e a quebra da institucionalidade.
- 5) A FENAJ e os Sindicatos dos Jornalistas devem participar ativamente do FNDC e seus Comitês Regionais, pautando o debate essencial para a democratização da comunicação: o novo marco regulatório para o setor.
- 6) A FENAJ e os Sindicatos de Jornalistas devem defender o fortalecimento do sistema público de comunicação e, em especial, a EBC.